

36º ENCONTRO ANNUAL ANPOCS 2012

Elena Calvo González

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal da Bahia

**De 'galego' a 'branco': Abordagens etnográficas sobre ancestralidade, 'branquitude' e manutenção de privilégio na reprodução de desigualdades na cidade de Salvador, Bahia**

**GT06 - Desigualdade e estratificação social**

## **Resumo**

O presente trabalho foca-se na reprodução e manutenção do prestígio social e privilégio econômico entre grupos tidos como “brancos” na cidade de Salvador. Partindo do pressuposto de que a reprodução dos grupos sociais privilegiados inclui dinâmicas não capturadas pelas abordagens quantitativas, apresento um estudo de caso etnográfico realizado entre descendentes de espanhóis (“galegos”) na cidade de Salvador. Através da análise de trajetórias de vida da terceira geração da imigração espanhola na Bahia, contextualizo a reprodução de privilégios econômicos dentro de processos intra-familiares e dinâmicas mais amplas de mudanças socioeconômicas na cidade, atentando para o lugar simbólico que a “branquitude”, enquanto lugar social em constante recriação, tem na reprodução do prestígio social e econômico desse grupo. As reflexões desta apresentação formam parte de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “Galegos e “galegos” na Bahia: um estudo antropológico sobre trajetórias de vida, classe e ‘branquitudes’”, que objetiva contribuir para a compreensão das desigualdades raciais explorando a articulação de diferentes experiências de “branquitude” com trajetórias familiares tanto de ascensão quanto de estagnação econômica. O recorte empírico do estudo é feito a partir da escolha de famílias que tem entre seus membros descendentes da imigração galega à Bahia. Esse grupo, que chegara ao Brasil sob forte desvantagem econômica e simbólica, sendo associados à pobreza e analfabetismo rural pelas elites locais, contemporaneamente são identificados, no entanto, com uma história de sucesso econômico e social (Bacelar, 1994). Porém, dentro deste contingente migratório podemos encontrar indivíduos e grupos familiares que não obtiveram a almejada ascensão social, ou que, após ascenderem socialmente, encontram-se em situação de estagnação ou perda de posição de poder de compra. Esta diversidade de trajetórias, que vão na contra-mão de considerar esse grupo enquanto homogeneamente incorporado à classe média, se apresenta enquanto um campo fértil para pensar, dentro das Ciências Sociais, a multiplicidade de “branquitudes” vividas, a constituição e manutenção de privilégios, e sua articulação com contextos de classe. Isso permite ir para além da realidade física marcada na aparência desses corpos que são, ou já foram, no caso daqueles que ascenderam socialmente, considerados como sendo de uma “branquitude” inferior. Nesse sentido, e sem desconsiderar o poder simbólico que a “branquitude” tem, exemplificada nas trajetórias de ascensão social, considero importante articular a discussão da construção dessa “branquitude” hegemônica com a experiência de viver o mundo num

corpo que, ao mesmo tempo que possui certos traços físicos, os vivencia através de projetos de ascensão social individuais, familiares e de grupo, bem ou mal-sucedidos. Esses projetos se refletem em uma diversidade de trajetórias de vida e na produção de diversas “branquitudes”.

\*

\*

\*

## **1. Introdução:**

As tentativas de mensurar, interpretar e explicar o grau e os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais no Brasil têm sido um dos temas mais relevantes no campo das ciências sociais desse novo milênio, gerando uma produção que tem servido para subsidiar a discussão, desenho e implementação de políticas públicas para a redução efetiva dessas disparidades.

Em termos mais gerais, a produção contemporânea sobre desigualdades raciais deu continuidade a estudos realizados no século passado, especialmente aqueles que focavam no impacto das mudanças na relação entre posição de classe e cor e os desdobramentos da ascensão social de grupos “negros” (Pinto, 1953; De Azevedo e Wagley, 1955; Cardoso e Ianni, 1960; Fernandes, 1965). O desenvolvimento da noção teórica de relação entre grupos de cor, e a avaliação das desigualdades entre estes, foram ampliadas pelas abordagens centradas na análise de dados quantitativos, que surgiram com força a partir de meados da década de 70 do século 20 (Silva, 1978; Hasenbalg, 1979). As décadas seguintes aprofundariam essas perspectivas estatísticas sobre desigualdade racial com a ampliação e aprofundamento da análise de dados relativos a tendências demográficas, distribuição de renda, mobilidade social, oportunidades educacionais, encarceramento ou acesso a serviços e atendimento em saúde dentre outros (Berquó, 1991; Adorno, 1995; De Barros, Henriques *et al.*, 2000; Travassos, Viacava *et al.*, 2000; Neri e Soares, 2002; Biderman e Guimarães, 2004; Ribeiro, 2006; Souza, 2006; Cardoso, 2008).

A revisão dessa produção quantitativa sobre relações raciais e desigualdade nas Ciências Sociais, assim como a análise de trabalhos de corte qualitativo sobre a produção de identidades “raciais” e sua interface com questões de classe (Castro e De Sá Barreto, 1998; Figueiredo, 2002) levou à constatação da tendência, nesses estudos, de considerar

a categoria “branco” enquanto estática e homogênea, referida a uma suposta e com frequência não explicitada realidade “física”. Assim, a produção das décadas de 1950 e 1960 sobre relações raciais no Brasil, focada na plasticidade das categorias —incluindo dentre estas a categoria “branco”— no sistema de classificação racial brasileiro (Nogueira, 1955; Harris e Kottak, 1963), é frequentemente ignorada nos trabalhos contemporâneos sobre desigualdade racial, que desconsideram as características da “branquitude”, inerentes a qualquer categoria racial, de construto processual multifacetado constantemente re-configurado no plano social. É dentro desse panorama que esta comunicação se insere, propondo uma análise de diferentes experiências de “branquitude” através de sua articulação com experiências de “classe” e trajetórias familiares.

Para isso, escolhi enquanto recorte empírico do estudo a análise de famílias que têm entre seus membros descendentes da imigração galega à Bahia. Esses grupos, que na sua chegada ao Brasil não dispunham de suficiente capital econômico ou simbólico para serem aceitos pelas elites “brancas” locais, foram inicialmente rejeitados por elas, por serem pobres, analfabetos, considerados rudes e muito voltados para o âmbito do trabalho. No entanto, muitos deles foram progressivamente incorporados tanto econômica quanto simbolicamente a essa mesma elite, perdendo, em muitas ocasiões, a marca “étnica” nos seus descendentes (Bacelar, 1994). Porém, e sem desconsiderar o poder simbólico que a “branquitude” ainda tem no Brasil contemporâneo, considero importante articular a discussão da construção dessa “branquitude” hegemônica com a experiência de viver o mundo num corpo que, ao mesmo tempo que possui certos traços físicos, os vivencia através de projetos de ascensão social bem ou mal-sucedidos, dentro de contextos regionais que trazem consigo todo um universo simbólico em relação à identidade “racial”. Assim, considero especialmente relevante analisar a construção das diferentes vivências de “branquitude”, e sua articulação com experiências de classe, em um contexto simbólico-espacial contemporâneo como é o da cidade de Salvador, cuja população é, segundo dados censitários majoritariamente (auto)classificada enquanto “preta” e “parda” e onde há todo um imaginário social sobre ser esta uma cidade “negra”, permeada fortemente pela “cultura negra”, especialmente nos campos de sociabilidade de camadas populares.

## **Sobre “brancos”, “branquitudes” e projetos para a Nação**

A origem das discussões intelectuais sobre “branquitude” no Brasil pode ser remetida aos debates sobre raça e formação da Nação no século 19. As discussões nesse período eram sustentadas por argumentações do âmbito do racismo biológico. Estas discussões se voltavam para a necessidade e possibilidade de “embranquecer” a população de maneira tal que o Brasil pudesse cumprir seu destino “natural” enquanto nação Européia. Esta ênfase na vocação “Européia” do Brasil levava as elites sócio-políticas a considerarem os povos indígenas, “negros” e os “mestiços” enquanto não civilizados, atrasados e inferiores (Skidmore, 1999). Dentro dessas discussões sobre o futuro do país podemos distinguir duas grandes correntes: uma primeira que acreditava no possível embranquecimento da população brasileira através de sucessivos cruzamentos com populações europeias, exemplificada na obra de Silvio Romero. A segunda, que inclui autores como Nina Rodrigues, considerava que o embranquecimento da nação só poderia se dar pela substituição da população negra e mestiça, que diminuiria através de uma taxa de fecundidade menor e da proibição de ingresso de Africanos após o fim do tráfico negreiro por uma população imigrante já “branca”. No cerne desses dois projetos estava o incentivo à imigração européia, que se traduziria em políticas públicas de incentivo à chegada desses almejados Europeus “brancos” .

Os imigrantes europeus que chegaram ao país representavam, na visão dos intelectuais, a evolução do Brasil para uma economia mais industrial, uma vez que foram considerados mais facilmente adaptáveis a um sistema de trabalho assalariado do que a população ex-escrava, vista como dependente e indolente (Azevedo, 1987). Crucialmente, esses imigrantes também representavam o desejo de branqueamento físico, e a necessidade de adaptação e incorporação à nação, que era considerada unicamente luso-católica, daí a ênfase dada na promoção da imigração de povos que se adaptassem e se misturassem com a população local nativa, que melhor se adaptassem aos contornos culturais da nação.

O ideal de futuro “embranquecido”, juntamente com a ênfase lamarckiana na ideia da hereditariedade das “melhores características”, adotadas pelo movimento eugênico no Brasil (Stepan, 1991), bem como o nível da mistura física na população brasileira, deu lugar a uma categoria mais abrangente de “brancura”, em que certos indivíduos de ascendência mista que mostrariam uma disposição cultural para traços

vistos como "europeus" vieram a ser reconhecidos socialmente como "brancos". A identificação entre "brancura" e "europeísmo" não era apenas uma questão de aparência física, mas também de educação, boas maneiras e objetivos na vida, tal e como mostra o historiador Jerry Dávila em relação ao sistema educacional no Rio de Janeiro (2003).

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, apesar de contar com a vantagem de não ter uma aparência "de cor" que teria de ser "compensada" com maneiras refinadas e educação, mostrando seu "potencial para a branquitude", alguns pobres que tinham um físico de pele clara e feições consideradas europeias foram também muitas vezes acusados, ao lado de escravos libertos, de crimes de vagabundagem e falta de ética de trabalho (Maciel da Costa, citado em Azevedo 1987: 49; Chalhoub, 2001). Disso podemos inferir que pobres "brancos" também tiveram que suportar o peso das leis anti-vadiagem, criadas com a idéia de "controlar" os escravos libertos pela elite "branca". A pobreza desses "brancos", dado que contradizia a visão da "superioridade" natural desse grupo racial, era interpretada como uma associação com as atividades e pessoas "equivocadas", o que corroía seu status como "branco". Este processo também contribuiu para o grau de flexibilidade da "brancura": se uma pessoa fosse fisicamente considerada "clara", mas não agisse enquanto "branco", o seu status racial como "branco" não seria plenamente consolidado. Neste cenário entrariam também grupos de imigração tardia como os galegos na Bahia, que chegaram maciçamente na primeira metade do século XX com capital econômico precário e sendo identificados pelas elites locais enquanto analfabetos, "matutos" e sem refinamento social.

Para poder compreender esta nesta definição digamos "flexível" de "brancura", se comparada à de outros países como os Estados Unidos, onde a regra de hipodescendencia<sup>1</sup> leva a retirar do grupo "branco" todos aqueles que tenham ancestrais não Europeus, precisamos atentar para o papel desempenhado pela figura do "mulato" ou "mestiço". Assim, se no Brasil durante o período do racismo biológico o "mestiço" era visto tanto como desviante, incapaz de se civilizar, quanto ameaça para a integridade da "raça branca" (Nina Rodrigues, 1899), ou como uma etapa indesejável, porém necessária no caminho em direção a uma nação "branca" mais civilizada – visões presentes nas obras de Euclides da Cunha e Silvio Romero, entre outros – a década de 1920 viu o desenvolvimento de uma visão crítica do determinismo biológico. Para pensadores como

---

<sup>1</sup> Segundo a qual os descendentes de progenitores com status diferente são classificados junto do progenitor com status inferior.

Roquette-Pinto (1927), a suposta degeneração dos “mestiços” era melhor explicada por serem estes vítimas de um ambiente insalubre que não lhes permitia desenvolver seu pleno potencial para alcançar um estado civilizado.

O reconhecimento da característica “mestiça” da maioria da população brasileira teve influência no surgimento do chamado "paradigma culturalista", representado pela obra *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1933), que afirmava que a miscigenação, tanto cultural como física, era o elemento-chave da identidade nacional do Brasil, sendo fundamental para a natureza "racialmente democrática" e adaptável que diferenciava o Brasil de, por exemplo, os Estados Unidos. No entanto, para autores como Degler (1971), o ideal, presente na obra de Freyre e posteriormente incorporado às narrativas sobre a Nação, da natureza mestiça da população do Brasil e da preeminência da figura mulato no seu sistema de relações raciais permitiu a manutenção da idéia da superioridade "branca" ao mesmo tempo que possibilitou que alguns indivíduos de aparência “mestiça” se “branqueassem” através da realização de trabalhos de prestígio ou o casamento com parceiros mais claros. Este sistema, descrito em detalhes por Oracy Nogueira (1955), implicava em que a identidade “racial” de uma determinada pessoa não fosse determinada apenas pela sua ascendência. Assim, aqueles indivíduos que, na sua aparência física, detinham marcas de ancestralidade tidas como de origem não europeia (especialmente africana), poderiam apelar a fatores como nível de educação, renda ou o grau de percepção de “esforço” na vida, para manter uma posição social que os faria serem socialmente considerados mais “brancos” (Nogueira [1955] 1998: 200).

A profissionalização das ciências sociais no país levou a uma reconfiguração do tema, o qual passou a ser discutido dentro de abordagens sociológicas voltadas para a relação entre grupos, no chamado campo de estudos sobre relações raciais. É nesse contexto que a “branquitude” reaparece na tematização da relação entre status social e percepções sociais da cor no trabalho já citado de Oracy Nogueira, nas constatações sobre a diversidade do sistema de classificação racial brasileiro (Harris e Kottak, 1963), ou nas elaborações do impacto psicológico da “branquitude” naqueles grupos que não estariam enquadrados nela (Ramos, 1955).

No final do século 20 e início do 21 haveria um ressurgimento no campo da Antropologia de estudos sobre a “negritude”. Continuando uma tradição de estudos sobre as especificidades da população “negra”, essas obras estariam inseridas dentro do campo de estudos da cultura, analisando-a. Porém, o fariam sem necessariamente se focar no

que Guerreiro Ramos, criticando os trabalhos antropológicos sobre essa população de autores como Arthur Ramos, chamaria de foco nos “aspectos exóticos” sobre o “negro”. Por sua vez, os estudos específicos sobre “branquitude” surgem no início do século 21 dentro de um contexto mais amplo de estudos sobre “cultura”. Esses estudos mais amplos inicialmente focaram-se nas implicações que para a construção de identidades “negras” teriam campos tão diversos quando a estética, a música, a produção intelectual ou os meios de comunicação de massa (Sodré, 1998; Sansone, 2000; Lima, 2002; Gomes, 2006). Só posteriormente alguns textos no âmbito da comunicação e estudos culturais (Sovik, 2009) ou da Psicologia social (Bento, 2002; Piza, Carone *et al.*, 2002), influenciados pela literatura anglo-saxã sobre “branquitude” (Frankenberg, 1993; Roediger, 1994) passam a se centrar especificamente na temática. A maioria dos textos sobre “branquitude” no Brasil, tais como os de Bento ou Sovik, não deixam espaço, tal e como faziam os textos clássicos de Pierson (1971) ou Nogueira (1955), para as discussões sobre a ambigüidade em torno de quem é ou não é “branco”, além da relação entre “branquitude” outras categorias raciais, assim como a articulação entre aparência, ancestralidade e as noções de “ser branco”.

Um recente texto de Patrícia Pinho (2009) retoma as discussões clássicas no campo das relações raciais sobre a articulação entre aparência, ancestralidade e “branquitude”. Enquadrado dentro dos estudos críticos que buscam mostrar como a construção da “branquitude”, enquanto categoria estável, homogênea e normativa, precisa ser desmascarada para poder “desfazer” seu poder opressor (Ware e Back, 2002), o estudo de Pinho chama a atenção, seguindo o caminho já proposto por Donald Pierson na década de 1950, para a necessidade de atentar para a pluralidade de “branquitudes” no Brasil. Algumas dessas “branquitudes” seriam consideradas menos “puras” devido à presença de marcas de ancestralidade africana, tais como o cabelo relativamente crespo, assim como certas regiões do Brasil seriam consideradas mais “brancas” do que outras. A retomada da diversidade das “branquitudes” e da influência da classe na leitura dos traços físicos, presentes em estudos clássicos das relações raciais, não é, entretanto, acompanhada no trabalho de Pinho. Isso porque não há a análise crítica de como a própria ideia de “branquitude” pode ser questionada a partir de marcas de classe sem a presença de marcas de ancestralidade não europeias, apesar de apontar ao caso do conceito “ralé branca” como possível desestabilizador da noção de “branquitude” nos Estados Unidos (De Santana Pinho, 2009).



Por outro lado, dentro de abordagens antropológicas contemporâneas é comum o estudo das noções sobre “ser branco” no Brasil ser incorporado dentro do seu lugar “natural” num esquema mais amplo que associa “branquitude” a privilégio. Assim, estuda-se as noções sobre “branquitude” nas camadas médias ou médias-altas (Norvell, 2001; Sheriff, 2001), porém sem questionar os mecanismos através dos quais, em diferentes camadas sociais o privilégio, ou sua ausência, se efetiva através da “branquitude”.

Nesse sentido, o caso da imigração galega se apresenta como um vetor através do qual analisar acompanhando as trajetórias de alguns dos descendentes desses imigrantes que se inseriram nas camadas médias, os processos de articulação entre “branquitude” e classe, apontando para os processos de constituição e vivência dessa articulação entre experiências de vida, trajetórias individuais e familiares, classe e identidade racial.

### **Galegos na Bahia: imigração espanhola, trajetórias familiares e projetos de ascensão social**

Ao contrário do acontecido em outros estados, particularmente do Sudeste, os imigrantes europeus nunca foram um grupo demográfico considerável dentro da população baiana. Dentro desse padrão demográfico no qual os imigrantes nunca comportaram mais do que 1% da população local total, a imigração espanhola para a Bahia inicia-se a finais do século XIX e se estende até meados do século XX, atingindo, segundo dados dos Livros de Registro de Entrada de Passageiros, uma cifra de 17.737 espanhóis chegados à Bahia entre os anos de 1878-1950, tendo como período de maior ingresso a década entre 1920 e 1930 (Bacelar, 1994). Nesse sentido, e apesar de não serem uma ameaça numérica aos trabalhadores locais, tal e como acontecia no Rio de Janeiro (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 2001), os galegos passaram a ocupar posições e estratégias econômicas semelhantes às dos portugueses em terras cariocas, atuando no pequeno comércio, explorando preferencialmente mão-de-obra familiar e conterrânea, e situando-se em posições sociais de antagonismo com as camadas populares brasileiras, especialmente de cor. As noções de inferioridade racial das populações não-brancas encontravam eco entre as populações imigrantes, impactando o cotidiano e as relações com as populações pobres brasileiras. Se por um lado os imigrantes reproduziam as ideologias racialistas das elites, com sua crença na superioridade “branca”, por outro, e apesar de compartilharem com os

imigrantes condições econômicas parecidas, os brasileiros de cor associavam os imigrantes com os “brancos” da elite. Por sua vez, existia um claro projeto de ascensão social entre os imigrantes, projeto que levava à incorporação e defesa dos padrões e seus ideais de trabalho capitalista em situações de conflito no âmbito do trabalho. Da mesma maneira que acontecia no Rio, as estruturas familiares de reprodução do capital econômico, assim como as associações comunitárias (tais como Sociedades de Beneficência, ou clubes esportivos) serviram de apoio para os projetos de ascensão desses imigrantes galegos na Bahia. Através dessas estratégias, muitos dos galegos, que chegaram em condições econômicas precárias, passaram a galgar posições de prestígio dentro da estrutura política, social e econômica da cidade. De grupo inicialmente estigmatizado pela elite local dominante, que os considerava inferiores a outros europeus (inclusive do Sul da Europa, tais como italianos), a ascensão econômica permitiu a alguns galegos sua inserção, já como “espanhóis”, e de seus descendentes dentro da elite e da classe média “branca” Baiana.

No início do século XX, a ordem social na Bahia mantinha muitos dos traços do período escravocrata, liderada por uma elite que incluía famílias com origem portuguesa, alguns alemães, suíços e ingleses, e que, como Bacelar nos lembra (1994), dava continuidade à consideração escravocrata do trabalho enquanto degradante ao mesmo tempo que preconizava, em fóruns internacionais, a suposta igualdade entre as raças. Nesse contexto, a chegada dos galegos, considerados pela elite baiana como analfabetos, rústicos, e incultos, e a posterior incorporação de muitos desses galegos ao bojo dessa mesma elite, nos leva a levantar questionamentos. Se por um lado a experiência dos galegos no início do século XX, enfrentando o preconceito das elites baianas, pode nos mostrar alguns caminhos para explorar as noções sobre “branquitude” no início do século passado, por outro as histórias contemporâneas dos descendentes de galegos, em diversas posições atuais de classe, podem nos fornecer dados valiosos para compreendermos como as noções sobre “branquitude” e sua relação com a posição de classe são articuladas hoje em dia dentro de uma diversidade de trajetórias individuais e familiares. Com esse objetivo em mente, nesse paper no lugar de “pinçar” detalhes sobre vários indivíduos me centrarei numa única trajetória de vida, para poder me debruçar com mais detalhes nas articulações entre “branquitude”, classe e experiência na Bahia contemporânea.

### **Isolamento e inserção: experiências de branquitude, classe, família e profissão**

Marta<sup>2</sup>, 27 anos, chama a atenção pelo porte físico e elegância de sua altura de 1.81 metros, muito superior à média das mulheres na cidade. De pele morena clara, que bronzeia com facilidade, e cabelo ondulado e preto que sempre exhibe com cortes audaciosos, Marta não passa despercebida em Salvador. Pode ser a altura, o cabelo, as roupas que veste ou a linguagem corporal, influenciadas pelas décadas de imersão no meio da dança e pelas temporadas de estudo no exterior, em países como Estados Unidos, Argentina ou México, ou um misto desses fatores. Mas o fato é que receber olhares e comentários na rua é comum para ela: “eh, gringa! Sim você, volte de onde você veio!”. E de onde Marta veio? A história de Marta começa com o encontro, numa festa de quinze anos entre Vítor, um descendente de espanhóis nascido na cidade e Ana, uma Cearense estabelecida, por motivos familiares de saúde, em Salvador. Vítor não tinha sido oficialmente convidado, era penetra na festa. Ana, convidada especial da aniversariante, se interessa por aquele rapaz alto e bonito. Os dois “brancos”, apesar do lenço na cabeça que Ana usava para esconder o cabelo cacheado, quase crespo, que a envergonhava, e que resultaria futuramente na primeira briga entre eles, quando Vítor o arrancou para poder ver como era o cabelo dela. O lenço, porém, não escondia a diferença de status entre as famílias. Ana, de família militar, do interior do Ceará, moradora do bairro de Itapuã e professora de profissão. Vítor, residente em um belo e amplo sobrado do bairro de Santo Antonio, de família com prestígio social graças à profissão do pai, odontólogo, e da mãe, pianista. A morte da mãe, quando Vítor contava com seis anos de idade, não impediu que tanto eles quanto seus cinco irmãos mais velhos conseguissem completar estudos na área médica: Neurologia, Ginecologia, Farmácia, Psiquiatria e Saúde Coletiva foram as especialidades escolhidas pelos irmãos, sendo que só Vítor seguiu os passos do pai, formando-se em Odontologia na década de 1970. Da mãe herdou a sensibilidade artística, que o levou, após uma década exercendo a odontologia em clínicas de terceiros no interior do estado, a abandonar a profissão para se dedicar aos estudos de música. Nessa época aquele primeiro encontro entre Vítor e Ana já tinha dado lugar a um namoro estável. Não demoraria muito para Ana engravidar e eles casarem às pressas, estabelecendo-se perto da família de Ana no bairro de pescadores de Itapuã, nos limites municipais da cidade de Salvador. Itapuã na década de

---

<sup>2</sup> Todos os nomes são fictícios.

1980 ainda era um bairro misto de vila de pescador com local de veraneio de camadas abastadas da cidade. Esse cenário de tranqüilidade e praias paradisíacas tinha atraído vários artistas, dentre eles Dorival Caymmi ou Vinicius de Moraes, que estabeleceram residência no bairro, assim como famílias de classe média que procuravam imóveis a um preço mais acessível do que no centro. Para Vítor e Ana, a escolha se deu não somente por uma questão econômica, ou pelo apelo da região como lugar de residência de uma classe média do meio artístico, senão também por uma proximidade com a família dela, com a qual poderiam contar para ajudar nas tarefas de criação dos filhos. Ao nascimento de Marta segue a chegada de uma outra menina, que faleceria ainda criança num acidente doméstico quando Marta contava com cinco anos de idade. Esse evento causaria uma crise familiar, provocando a saída temporária da casa própria, localizada numa rua principal do bairro, para poder reformá-la e recomeçar a vida, após esse trágico evento, no espaço doméstico reformulado. Durante essa reforma, alugam uma casa próxima, porém localizada em uma região mais pobre do bairro. Essa época é lembrada por Marta como o período no qual se aproximou mais

(...) do povão, de famílias de pescadores, eu ficava fascinada, vi pinaúna pela primeira vez, vi coisas de gente nativa, nativa de Itapuã mesmo, que nunca foram no Campo Grande (região central da cidade), de ver a avó de um menino comer com a mão, coisas desse tipo. E eu era parte dessa gangue desses meninos, saíamos todos na rua, muitas crianças mesmo!

A proximidade de Marta com essas crianças mais pobres e “negras” não é totalmente aceita pelos pais, os quais, apesar de conceder certa liberdade para ir e vir, porém a advertem da possibilidade dessas crianças se aproveitarem de sua condição de classe superior: “era aquela coisa, ô, cuidado, esses meninos você dá a mão e eles querem o braço!”.

Mais dois bebês nascem, uma menina e um menino, a casa fica pronta, e a rotina da família é retomada, não sem Marta sentir o choque de ter que deixar os seus amigos da baixa, a liberdade que desfrutara nessa época e retornar à vida mais regrada na casa própria, onde ficavam sob o atento olhar e controle dos pais. A chegada dos filhos é encarada por Vítor como um alerta para repensar sua vida de artista. A necessidade de uma renda estável, pois o salário de Ana não era suficiente para garantir o padrão de vida que ele queria para sua família, o leva a prestar concurso para integrar o Coral da Universidade Federal da Bahia, tornando-se funcionário público.

A vida em Itapuã, apesar da facilidade de construir a casa própria e do apoio recebido pela família, torna-se rapidamente uma espécie de prisão: ter que enfrentar os quase 25 quilômetros que separam Itapuã do centro, onde Vítor trabalha na universidade, Ana leciona, e onde os três filhos estudam, graças a uma bolsa conseguida por Ana na escola particular onde dá aulas. Além do trabalho e das aulas na escola, tem que combinar as aulas de música e de balé, tudo para garantir o que o pai de Marta chama de uma “educação artística completa”. Trabalho, aulas, balé, piano, estudos, almoços, saídas com os amigos...a vida torna-se uma correria e não raramente Ana tem que voltar dirigindo um carro com três crianças estressadas gritando no banco traseiro. O estresse na família também está relacionado ao dinheiro, pois, ao contrário dos irmãos de Vítor, todos médicos e morando em bairros nobres da cidade, com um carro para cada membro da família, na família de Marta o dinheiro não sobra, e não é raro algum deles ter que tirar um cochilo no chão de alguma sala da Faculdade de Música enquanto aguardavam o pai terminar o trabalho para conduzi-los a uma nova aula de piano ou de balé. Voltar para casa só no final do dia, quando todos já tinham completado sua jornada de trabalho, estudo e atividades extracurriculares. E curtir o bairro, só aos finais de semana, quando podiam freqüentar a casa da avó e de um tio que morava próximo, e a companhia de algumas amigas que moravam perto, com as quais passeava na rua e organizava festas em datas especiais tais como o São João.

Apesar do esforço organizacional e econômico, as oportunidades de educação artística são levadas a sério na família. Ana consegue uma bolsa para Marta estudar balé numa escola de elite situada num bairro nobre do centro da cidade. E assim começa a aproximação de Marta com o mundo da dança: num ambiente extremamente elitista onde as alunas, oriundas da classe alta baiana são chamadas pelo sobrenome pelas professoras, e onde as meias puídas e a sapatilha de marca nacional de Marta recebem o olhar de desdém e a indiferença no trato de suas colegas de balé. As meninas do balé são de um outro circuito social, e não a convidam para os passeios no shopping ou ir lanche após a aula. Não que ela pudesse, caso a convidassem, se juntar a elas: o dinheiro era contado, reservado para as caras viagens pelo Brasil das quais Marta, como contrapartida à bolsa, tinha que participar; o lanche fora não era semanal, só nas ocasiões especiais, como por exemplo quando passava um dos exames de balé. Essa indiferença não é sentida somente por Marta no trato das colegas, senão também pela maneira como as professoras olhavam e tratavam ela. Só conseguira ser reconhecida por essas professoras quando, no último

ano do segundo grau, todas as alunas de sobrenome famoso tiveram que dar um tempo no balé para poder se concentrar no vestibular de cursos como medicina, odontologia, arquitetura ou direito. Marta, ao invés de um curso “seguro” como esses, escolheu prestar vestibular para Dança na UFBA. Mas nesse momento, e apesar da escolha pelo vestibular de dança, já era tarde demais para essas professoras interessá-la pela carreira no balé clássico.

Além disso, tinha a questão da distancia entre o centro e Itapuã, que atrapalhava a sociabilidade de Marta. Não tanto no balé, pois a distancia social entre Marta e suas colegas era muito grande, e sim mais na escola, que apesar de ser privada, por ter origem fundacional religioso (presbiteriano) era menos elitista e acolhia alunos de diversas classes sociais. Essa distância, e os transtornos que ocasionava à família toda levou os pais de Marta a ocupar durante um tempo nos dias de semana um apartamento perto do centro para evitar o deslocamento

era um apartamento horroroso, apertado, todo gradeado, sem ventilação, sem espaço, abafado, num bairro horroroso, Vasco da Gama (bairro popular nascido de invasões e que não conta com serviços). E sempre voltávamos para Itapuã no final de semana. Mas mesmo assim, nessa situação, não ficamos muitos anos.

O problema da distância de Itapuã estaria presente ainda durante os anos de formação universitária de Marta. Mas nessa época a distância somaria-se a crescente degradação e desvalorização do bairro. Na década de 1990 Salvador sentiu os efeitos de diversas transformações sociais e econômicas, que levaram à estagnação do crescimento tido em décadas anteriores e ao fechamento de possibilidades de inserção econômica em indústrias de sua região metropolitana (Agier, Castro *et al.*, 1995). Essas transformações ecoaram em Itapuã, que passou a receber um fluxo maior de pessoas de classe baixa e uma intensificação das ocupações irregulares de solo, resultando numa diminuição do espaço verde disponível e uma desvalorização do bairro. A sensação de prisão se intensifica no início do século 20 com o aumento da insegurança no bairro, os frequentes assaltos e arrombamentos de residências. O bairro, nas palavras de Marta

ficou mais pobre, sem serviços, na verdade virou uma área miserável, se você for ver o que está ao redor, Bairro da Paz, Alto do Coqueirinho, São Cristovão ( ...) Antes tinha aquela coisa de ter um ar de lugar de veraneio, era mais ajeitadinho, mais arrumado, uma classe média artística, e isso se perdeu. Um amigo meu de fora que veio me visitar

comentou como em Itapuã tinha mais negros do que na Barra (bairro de classe média do centro da cidade), ele percebeu que estava num bairro mais pobre

Além dessa situação de decadência do bairro, a ausência histórica de um transporte público adequado não permitiu a Marta, durante seus estudos de dança na UFBA, frequentar o circuito de artes cênicas que estava disponível aos seus colegas de faculdade, todos pertencentes a uma camada social levemente superior à de Marta, quase todos “brancos”, exceto um ou outro “negro”, e que moravam mais perto do centro ou que dispunham de veículo próprio. Nesse sentido, a passagem pela faculdade só exacerbou a sensação de isolamento que Marta sentia, de Itapuã ser um lugar que atrapalhava mais do que permitia.

Se o bairro onde morava continuava a ser um problema na vida de Marta, a passagem pelo curso de dança foi um divisor de águas na sua experiência de vida. Ingressante num ano de mudança curricular, os professores do curso, muitos deles vindos de instituições como a PUC-SP, receberam a turma de calouros com um programa didático inovador que pretendia introduzir o estudo da dança-semiótica na faculdade. As novas técnicas, interpretações de dança, causam surpresa e fascínio em Marta e abrem um novo mundo de possibilidades artísticas que até esse momento o balé não tinha preenchido. Porém Marta sentia um descompasso com muitos dos colegas de faculdade: muitos alunos de camadas mais pobres tinham a urgência de conseguir se qualificar pela iminência de precisar garantir seu sustento, se focando mais na área de dança-educação; por outro lado, alunas de camadas abastadas passavam, aos olhos de Marta, incólumes à exposição a novos tipos de dança que ampliassem a visão “romântica, eurocêntrica e clássica” que segundo ela fornecia a formação em balé.

A passagem pela faculdade forneceu a Marta a primeira oportunidade de sair do país: uma companhia de dança dos Estados Unidos, fundada pelo famoso coreógrafo negro Alvin Ailey, estava em Salvador a procura de candidatos para duas bolsas de estudo na sede da companhia em Nova Iorque. Marta tinha ouvido na faculdade histórias sobre a companhia de Ailey, e como tinha revolucionado a dança moderna e o papel dos afro-americanos nela. Sendo assim, e com as informações das quais ela dispunha, frequentou as aulas dadas pelos dançarinos da companhia sem nem sequer cogitar que poderia ser considerada candidata a uma das duas vagas:

eu pensava que eles estavam procurando bailarinos “afro”...afrodescendentes, que estavam interessados em preservar essa coisa de Alvin Ailey, de levar a negritude à cena da dança moderna, isso era a ideia que eu tinha, que eles iam escolher bailarinos negros. E no dia da audição, as pessoas na sala, todas eram negras. Só que foi assim, eu não fui nesse dia pensando que estava fazendo uma audição, na verdade a semana toda de aulas ministradas pela companhia eu fiz porque estava matriculada no curso, de técnicas que não estavam disponíveis aqui, mas eles já estavam nos observando. E no dia da audição, que era uma aula mais, eu tinha ensaio, num teatro próximo, de um espetáculo que estávamos preparando. Aí pensei, saio daqui, vou para a aula, e de lá vou para o ensaio, assim já chego aquecida. Quando acabou a aula, eu peguei minhas coisas e já estava saindo quando me chamaram ‘para onde você vai?’. Eu respondi que ia ensaiar, ‘mas você foi contemplada com uma das bolsas!’. Que surpresa! Será que eles acharam que eu não era branca?

Já em Nova Iorque, Marta passa a compreender a situação: a companhia de dança não era exclusivamente negra, e ela fazia parte de um programa internacional de bolsas que contemplava estudantes de diversos países e “raças”. Apesar disso, a companhia de dança e o tipo de abordagem à dança desenvolvida nela não empolgou Marta, que passa a explorar mais a experiência de visitar galerias de arte, museus e desfrutar um pouco da liberdade de poder passear numa cidade relativamente segura, se comparada com Salvador. Caminhar no meio da noite, retornar a casa de madrugada de transporte público, até no Spanish Harlem, bairro onde morava e que tinha fama de perigoso mas que, na experiência dela, oferecia uma sensação de segurança e liberdade nunca sentida em Salvador. Nessa época também data o treinamento na técnica corporal com a qual Marta conseguiu seu sustento durante o segundo ano de estadia em Nova Iorque, e da qual dá aulas em Salvador ocasionalmente. Se a experiência em Nova Iorque teve um saldo positivo, não foi o mesmo o retorno a Salvador após dois anos fora. Apesar de continuar os estudos, e concluir a faculdade, Marta sentiu um aprofundamento das inquietações tanto relacionadas à dança quanto à cidade. Inicia um relacionamento amoroso conturbado com um conhecido do mundo das artes visuais, que instiga nela a possibilidade de realizar projetos na área de vídeo-dança, interesse que a leva a procurar um curso de formação em vídeo na Argentina. Segundo Marta, o fato dos pais controlarem os gastos em casa levou a uma falta de familiaridade com essas tecnologias de imagem e informática, especialmente se comparado com os filhos de seus tios



médicos, que dispunham de todo tipo de tecnologia em casa, até de maneira “exagerada, ostentosa”<sup>3</sup>.

Eu estava precisando dessa formação, até pela minha falta de familiaridade com tecnologia, só fui ter computador em 2007! O curso era barato, tinha um dinheiro juntado, e um amigo me convidou a passar um tempo na casa de um conhecido dele. Estava precisando sair de Salvador, mesmo, pelo meu bem, e Buenos Aires foi um retorno a essa sensação de liberdade: posso sair na rua de madrugada para passear se quiser. Lá se eu não falar, se for um transeunte, um caminhante na rua, não tenho nenhum problema.

Nesse sentido, o tipo físico de Marta a permite se confundir nas ruas com os moradores locais, sem receber olhares de estranhamento. Por outro lado, em Buenos Aires aproxima-se cada vez mais com o campo das artes plásticas, e resolve, ao voltar a Salvador investir nesse campo de atuação, inclusive passando de novo uma temporada fora do país numa residência artística no norte do México. Nessa época, seus pais começam a questionar com maior frequência as escolhas profissionais da filha

porque para eles é um absurdo a falta de coerência, o fato de eu não dar continuidade a uma coisa só: dança, não me interessou mais o que há de possibilidades em Salvador, a técnica de movimento que ensino tem um campo de atuação limitado aqui, dominado por donos de estúdios que pagam relativamente pouco, e agora essa virada para as artes plásticas? Eles não entendem. Ficam me cobrando, eu não ter carteira assinada, eu não ter uma vida financeira garantida. E eu fico pensando, porque ao mesmo tempo que essas experiências abrem, permitem novas articulações, ao mesmo tempo eu estou em Salvador, onde o campo artístico é limitado, os editais (para financiamento de projetos artísticos) são poucos e muitas vezes beneficiam o mesmo círculo...então tudo isso fecha as possibilidades, e aí vem a cobrança dos meus pais.

A preocupação dos pais de Marta passa pela possibilidade da filha não reproduzir a posição de classe deles, ambos funcionários públicos, que trocaram, especialmente no caso do pai, o processo criativo por uma estabilidade financeira que permitisse estruturar a vida da família. A mudança de área de trabalho e interesse da filha supõe uma ameaça à reprodução do lugar de classe, ao ameaçar a obtenção de estabilidade financeira a curto e, especialmente, longo prazo. Por isso, só após Marta aparecer com destaque numa reportagem sobre artistas plásticos emergentes da cidade, publicado na revista dominical

---

<sup>3</sup> Mesma expressão “ostentação” é usada por Marta para se referir ao tio que mantém na garagem cinco carros, um para cada membro da unidade familiar.

do jornal de maior tiragem de Salvador, que um dos seus tios paternos, que até esse momento não tinha valorizado a mudança de área da sobrinha, passou a reconhecer seu trabalho e sua valia enquanto artista: o reconhecimento público levaria a um reconhecimento financeiro futuro.

### **Conclusão**

Afinal, de que classe poderíamos dizer que Marta é? Qual é o papel que a “branquitude”, e ser descendente de galegos teve no processo de reprodução de classe? Se perguntarmos a ela, a resposta é

classe média-baixa, porque nunca me faltou nada, no sentido material, de coisas necessárias, mas ao mesmo tempo, se meu pai não tivesse sido funcionário público e, especialmente, se minha mãe não tivesse conseguido, ao ser professora do mesmo colégio, as bolsas de estudo para meus irmãos e para mim, a gente teria estudado em escola pública, e aí você já sabe como é...

De certa maneira, a centralidade da educação na resposta de Marta enfatiza a centralidade dada pelos pais à educação no processo de reprodução de classe. Isso também fica patente num comentário que Marta tece sobre uma vizinha de Itapuã, de origem latinoamericano e de classe média, cujos filhos, apesar da sua origem de classe, sua aparência e de estudar em escola particular em Vilas (bairro de classe média-alta em Lauro de Freitas, município fronteiro com Itapuã), “não deram em nada, não gostavam de estudar, todos bonitos, surfistas, mas não completaram o ensino médio, e agora trabalham num mercadinho local”. Assim, nessa fala, Marta reproduz o discurso dos pais que concede à educação a centralidade na reprodução social da classe média. A “branquitude” desses meninos e sua posição de classe de origem não foram suficientes para garantir a reprodução de seu status de classe média. Já em relação à articulação entre sua aparência e sua posição de classe, Marta considera que há, em muitas ocasiões, uma leitura “errada” do seu corpo

Já passei por situações nas quais fui julgada, na dança e na rua, porque pensam que tenho dinheiro, que tenho carro, que vou de taxi! Já briguei muito na rua, até por situações mais extremas: no centro, uma época que dividi apartamento nos Barris (bairro de classe media-baixa), andava muito na Avenida Sete (rua de classe baixa, próxima aos Barris), em horários ermos, e tinha situações como atravessar a rua e não perceber que tinha uma pessoa vindo e a pessoa, na paranóia, achar que estou atravessando por medo, e gritar : ‘e

aí branquela? Tá com medo!’ Ou seja, eu sou morena, mas naquele contexto eu sou a branquela que está achando que o cara vai me roubar.

Nessa frase, Marta está nos alertando para a maneira como sua aparência é corriqueiramente associada a uma posição de classe dominante, de privilégio econômico. E como essas leituras não conseguem dar conta de sua experiência cotidiana, de morar em um bairro em decadência, de ficar presa durante horas em um ônibus em engarrafamentos até chegar ao centro, de ter que se preocupar com horário do transporte e ter que dormir na casa de amigos por não poder pagar um taxi de volta. Assim, parte de sua experiência de branquitude não é capturada na leitura que essas pessoas fazem do seu físico. Da mesma maneira, se fizermos um perfil de Marta em termos de classe de origem dos pais, da presença de ancestrais espanhóis que atingiram uma posição social privilegiada, anos de educação tanto dos pais quanto própria, e auto-classificação racial, muitas das dinâmicas apresentadas nessa comunicação, sobre os modos, estratégias e medos sobre a manutenção e reprodução de posição de classe seriam perdidos. Nesse sentido, e como mostrei nesse paper, o estudo das desigualdades no Brasil, da reprodução e manutenção de privilégios de classe e raciais, precisa atentar também para essa diversidade e riqueza de experiências a partir de olhares de corte qualitativo.

## **9. Referências**

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 43, p. 45-63, 1995.

AGIER, M.; CASTRO, N. A.; GUIMARÃES, A. S. **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Orston/Hucitec, 1995.

AZEVEDO, C. **Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites do Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELAR, J. A. **Galegos no paraíso racial**. Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA, 1994.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-59, 2002.

BERQUÓ, E. Como se casam negros e brancos no Brasil In: P.A., L. (Ed.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1991. p.115-20.

BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. A. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Estudos feministas**, v. 12, n. 2, p. 177-200, 2004.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: Persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados**, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CASTRO, N.; DE SÁ BARRETO, V. S. **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume Editora, 1998. ISBN 8574190373.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. ISBN 8526805436.

DÁVILA, J. **Diploma of Whiteness: race and social policy in Brazil, 1917-1945**. Durham: Duke University Press Books, 2003. ISBN 0822330709.

DE AZEVEDO, T.; WAGLEY, C. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955.

DE BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, 2000.

DE SANTANA PINHO, P. White but Not Quite: Tones and Overtones of Whiteness in Brazil. **Small Axe**, v. 13, n. 2, p. 39-56, 2009.

DEGLER, C. **Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States**. New York: MacMillan, 1971.

FERNANDES, F. **A Integração do negro no Sociedade de classes (2 vols)**. São Paulo: Dominus, 1965.

FIGUEIREDO, A. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume, 2002. ISBN 8574192341.

FRANKENBERG, R. **White women, race matters: The social construction of whiteness**. Minneapolis: Univ Of Minnesota Press, 1993. ISBN 0816622582.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala (1a ed)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. ISBN 8575262165.

HARRIS, M.; KOTTAK, C. The structural significance of Brazilian racial categories. **Sociologia**, v. 25, n. 3, p. 203-208, 1963.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias ea luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2001. ISBN 8571393362.

LIMA, A. Funkeiros, timbaleiros e pagodeiros: notas sobre juventude e música negra na cidade de Salvador. **Caderno Cedes**, v. 22, n. 57, p. 77-96, 2002.

NERI, M.; SOARES, W. Desigualdade social e saúde no Brasil. Social Inequality and Health in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, n. Suplemento, p. 77-87, 2002.

NINA RODRIGUES, R. Métissage, dégénérescence et crime. **Archives d'Anthropologie Criminelle**, v. 14, n. 83, p. 477-516, 1899.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 288, 1955.

NORVELL, J. M. A branca desconfortável das camadas médias brasileiras. In: MAGGIE, Y. e REZENDE, C. B. (Ed.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.245-267.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial**. Companhia editora nacional, 1971.

PINTO, L. A. C. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1953.

PIZA, E.; CARONE, I.; BENTO, M. A. S. Porta de vidro: entrada para a branquitude. **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 59-90, 2002.

- RAMOS, A. G. **Patologia social do "branco" brasileiro**. Jornal do Commercio, 1955.
- RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.
- RIBEIRO, G. S. **Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- ROEDIGER, D. R. **Towards the abolition of whiteness: Essays on race, politics, and working class history**. Verso Books, 1994. ISBN 0860916588.
- ROQUETTE-PINTO, E. **Seixos Rolados Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editoria Mendonça, Machado & C, 1927.
- SANSONE, L. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização ea criação de culturas negras no Brasil. **Mana**, v. 6, n. 1, p. 87-119, 2000. ISSN 0104-9313.
- SHERIFF, R. **Dreaming equality: color, race, and racism in urban Brazil**. New Jersey: Rutgers University Press, 2001.
- SILVA, N. **Black-White Income Differentials in Brazil, 1960**. 1978. Department of Sociology, University of Michigan, Ann Arbor.
- SKIDMORE, T. **Brazil: Five Centuries of Change**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- SODRÉ, M. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1998. ISBN 8585756675.
- SOUZA, J. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. ISBN 8570415680.
- SOVIK, L. R. **Aqui ninguém é branco**. Aeroplano, 2009.
- STEPAN, N. **The hour of eugenics: race, gender, and nation in Latin America**. Ithaca: Cornell Univ Press, 1991. ISBN 0801497957.
- TRAVASSOS, C. et al. Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciencia saúde coletiva**, v. 5, n. 1, p. 133-49, 2000.
- WARE, V.; BACK, L. **Out of whiteness: Color, politics, and culture**. University of Chicago Press, 2002. ISBN 0226873420.